



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Carlos Sampaio)**

**Solicita informações do Sr. Ministro da Justiça
para esclarecimentos quanto a conduta da Polícia
Federal na investigação denominada “Operação
Royalties”.**

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Justiça, as seguintes informações:

I – Qual o tempo de duração da investigação, realizada pela Polícia Federal, denominada de “Operação Royalties”;

II – Quais as razões dessa operação ainda não estar concluída, apesar de já possuir relatório conclusivo;

III – Qual a razão de ter sido realizada a troca do delegado responsável pelas investigações da “Operação Royalties”;

IV – Qual o juízo competente para a condução do inquérito instaurado;

V – Após o relatório, quais os procedimentos ocorridos nos autos do inquérito policial;

VI – Qual a autoridade determinou e quais as razões de direito que ensejaram o sigilo dessa investigação.



JUSTIFICAÇÃO

Conforme matéria jornalística do articulista Diogo Mainardi, publicado na Revista Veja de 08 de abril de 2009, a Polícia Federal, no início de 2008, por força de informações obtidas a partir de uma operação realizada por referido órgão policial, iniciou um processo investigativo denominado de “Operação Royalties”.

Essa operação tem por objetivo apurar a ocorrência de diversas suspeitas de irregularidades envolvendo empresas de consultoria, prefeituras e a Agência Nacional do Petróleo, em especial as condutas do diretor Victor Martins à frente dessa agência.

Ocorre que o conteúdo da matéria jornalística acima referida revela a existência de uma nova operação nessa investigação, a famosa “operação abafa”, instrumentalizada por meio de diversas ações que se ultimaram com a transferência do delegado que a presidia.

Um esclarecimento detalhado do ocorrido faz-se necessário para que possam ser verificadas ocorrências de práticas ilegais por parte de integrantes da Polícia Federal ao não dar prosseguimento às investigações.

Deve ser salientado que as informações aqui solicitadas não podem ser negadas sob o fundamento de serem sigilosas, pois não se questiona o conteúdo das investigações, mas sim os procedimentos administrativos da Polícia Federal, sujeitos à fiscalização permanente do Poder Legislativo.

Deve ser ressaltado, ainda, que a conjunção de diversos fatos, noticiados constantemente pela imprensa brasileira, notadamente na matéria da Revista Época, de 13 de abril de 2009, intitulada “Um Poço de Suspeitas” tem levantado muitas dúvidas quanto ao proceder da Polícia Federal, em especial no que tange a investigações que envolvem pessoas ligadas ao Governo Federal, ou mesmo o próprio partido do Sr. Presidente da República.

Sobre a gravidade desse tema, assim asseverou o jornalista Josias de Souza:

" [royalties] São recursos a que fazem jus os Estados e municípios assentados em áreas nas quais a estatal suga petróleo e gás. Uma montanha de cerca de R\$ 11 bilhões anuais.

Descobriu-se que a PF investiga, desde 2007, denúncias de tráfico de influência e de desvios na definição do pagamento dos royalties.

Um relatório cuja autoria é atribuída a agentes do setor de Inteligência da PF acomodou no centro da polêmica uma consultoria chamada Análise.

Tem como sócio um dos diretores da ANP, o engenheiro Victor de Souza Martins, irmão do ministro Franklin Martins (Comunicação Social).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presta serviços a prefeituras interessadas em aumentar sua participação na distribuição dos royalties.

Victor Martins diz ter deixado a gestão da Análise em 2005, quando assumiu a cadeira na ANP. No comando da consultoria ficou a mulher dele, Josenia Bourguignon Seabra.

O relatório que vazou da PF anota, porém, que o afastamento do engenheiro foi meramente formal.

*Sustenta que Victor Martins teria lançado mão de "informações privilegiadas para conseguir contratos com prefeituras [...]".
(Blog do Josias de Souza no site UOL)*

Diante do exposto, os esclarecimentos solicitados neste requerimento são indispensáveis para verificação da legalidade e moralidade dos atos praticados pela Polícia Federal, esperando seja o presente requerimento encaminhado ao Sr. Ministro da Justiça, aguardando-se a pronta e rápida resposta.

Sala das Sessões, de de 2009.

Carlos Sampaio
Deputado Federal